

CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO
RECEBIDO EM 38/12/2013

13/12/2012



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Palácio Iguazu – Curitiba, 13 de dezembro de 2012
OF CIRC CEE/CGG 001/12

Prezado(a) Senhor(a),

Encaminho-lhe o manifesto anexo: EM DEFESA DA COPEL E DO PATRIMÔNIO DOS PARANAENSES, para o qual solicito o seu valioso apoio e empenho no sentido de ser divulgado junto à população para o esclarecimento dos fatos relacionados à Medida Provisória n.º 579, da Presidência da República.

Na certeza de contar com a sua imprescindível colaboração na defesa da nossa Copel, antecipo-lhe os meus melhores agradecimentos.

Atenciosamente,

DEONILSON ROLDO

Secretário Especial Chefe de Gabinete do Governador

Anexo

EM DEFESA DA COPEL E DO PATRIMÔNIO DOS PARANAENSES

- O Governo do Paraná afirma que a redução dos custos de energia elétrica é necessária, assim como a de outros custos que possam promover a melhor qualidade de vida dos brasileiros e o aumento da competitividade da nossa economia.
- Portanto, é francamente favorável à redução de tarifas que oneram a população brasileira. Entre elas, são necessárias a redução da alta carga tributária e do “custo Brasil”, que comprometem nossa competitividade, freiam o crescimento do país e impõem pobreza.
- Mas, todas as reduções devem ser feitas com planejamento e bom senso. No caso da energia elétrica, não pode ser feita à custa da insolvência do setor, inviabilizando novos e imprescindíveis investimentos em geração e transmissão de energia.
- A Copel teve perdas com as recentes medidas. Mesmo assim, contribuiu significativamente para a redução da tarifa de energia elétrica ao renovar seu contrato de transmissão, que venceria em 2015, correspondendo a 86% dos ativos de transmissão da empresa no Paraná.
- As receitas de transmissão da empresa passam de R\$ 305 milhões para R\$ 127 milhões, com uma perda de R\$ 178 milhões por ano, já a partir de 2013.
- O Governo do Paraná já paga a conta de luz das famílias de baixa renda cujos imóveis sejam utilizados para fins residenciais na área urbana e rural, isentando 200 mil famílias que consomem até 100 kWh por mês, por meio do programa “Luz Fraterna”.
- Já há um projeto do Governo para ampliação deste consumo para 120 kWh/mês.
- As reformas feitas no setor de energia elétrica durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – sob o comando da então ministra de Minas e Energia e atual presidente da República –, produziram consequências equivocadas e com riscos crescentes para o país.
- Agora, com a MP 579, a pretexto de reduzir as tarifas de energia elétrica, o governo central impõe perda considerável aos Estados e às companhias elétricas, inclusive à Eletrobrás.
- Ao ser anunciada, a MP 579 causou perda de R\$ 34,6 bilhões no valor de mercado da Eletrobrás, Cesp, Cemig, Copel, Celesc e Companhia de Transmissão Paulista.

- A perda anual de ICMS do Paraná com a MP 579 é de R\$ 450 milhões. Este total representa R\$ 135 milhões a menos para a área de Educação; R\$ 54 milhões a menos para a Saúde; R\$ 225 milhões em outros setores do orçamento estadual e R\$ 36 milhões em investimentos gerais.
- A opção de não-renovação dos ativos de geração foi tomada para a preservação do patrimônio e do valor da Copel.
- A empresa é um patrimônio dos paranaenses e deve ser defendida sempre.
- Por isto, ao lado de especialistas e acadêmicos ligados ao setor elétrico, a Copel postou-se tecnicamente contra a MP 579.
- O presidente do Fórum de Secretários de Energia, José Anibal, disse que a perda de ICMS por parte dos Estados com a MP 579 será de R\$ 5,5 bilhões.
- O ex-presidente da Eletrobrás Luiz Pinguelli Rosa, liderando um grupo que fez parte do governo do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, encaminhou carta à presidente Dilma Rousseff, pedindo a revogação da MP 579.
- O professor Ildo Sauer, diretor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP e ex-diretor da Petrobras, no período 2003/2007, comentou a decisão de empresas como a Copel, Cesp e Cemig de não aderirem ao plano embutido na MP 579. **“É uma decisão lúcida, pois este é um processo improvisado, mal discutido, gestado em gabinete e proclamado como solução nacional”.**
- O comentário de Sauer é esclarecedor: “O custo da energia não baixará; apenas venderão a energia pelo custo de operação e manutenção, sem remunerar o seu valor. Com isso, acham que se pode reduzir em 28% o custo dos grandes consumidores e em 16% para os pequenos e médios consumidores. O irônico é que provavelmente a população vai gostar da medida, porque vai ter um alívio pequeno nas tarifas. Só que vamos pagar mais caro no futuro, porque a falta de educação e saúde públicas continuará fazendo esse povo se refugiar em casamatas e contratar segurança privada. Vamos continuar aumentando a distância existente entre os vários segmentos sociais, em vez de resolvê-la”.
- **Uma Copel forte e com saúde financeira é fundamental para que a companhia continue prestando serviços de qualidade para mais de 10 milhões de pessoas no Paraná. A COPEL É NOSSA.**

COREC 004/2013

